

BOLETIM INFORMATIVO

CAO.EDUCAÇÃO

10.2024



MPMT

Centro de Apoio Operacional de Educação
Ministério Público do Estado de Mato Grosso



APRESENTAÇÃO

O Centro de Apoio Operacional de Educação tem como papel essencial prestar apoio técnico às (aos) procuradoras (es) e promotoras (es) de Justiça, bem como às (aos) servidoras (es) do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, por meio de análises técnicas, pesquisas, elaboração de peças e minutas de projetos, relacionadas à área educacional, proporcionando atuação eficiente e resolutiva.

SUMÁRIO

AÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO.....	4
NOTÍCIAS DOS MINISTÉRIOS PÚBLICOS ESTADUAIS.....	6
NOTÍCIAS DO MPF.....	9
NOTÍCIAS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES.....	10
NOTÍCIAS DIVERSAS	11
NOVIDADES LEGISLATIVA.....	13

EQUIPE CAO-EDUCAÇÃO

Miguel Slhessarenko Júnior – Promotor de Justiça e Coordenador do CAO-Educação

Patrícia Eleutério Campos Dower – Promotora de Justiça e Coordenadora do CAO-Educação

Marcos André dos Santos Júnior – Auxiliar Ministerial

NOTÍCIAS DO MPMT



[Município cria 180 novas vagas em creche após audiência pública](#)

Após assumir o compromisso de ampliar a oferta da educação infantil junto ao Ministério Público de Mato Grosso, o Município de Confresa (a 1.135km de Cuiabá) criou 180 novas vagas no Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) Sarah Jhenyffer Barbosa de Freitas. O secretário municipal de Educação, Etevaldo Vasco Soares, encaminhou ofício à 2ª Promotoria de Justiça Cível da comarca de Porto Alegre do Norte, na semana passada, com as listas de formação das novas turmas.



[Justiça autoriza município a prorrogar contrato em período eleitoral](#)



A Justiça Eleitoral acolheu manifestação do Ministério Público e autorizou o Município de Nova Mutum (distante 237 km de Cuiabá), mesmo em período eleitoral, a efetuar a prorrogação dos contratos temporários de 65 auxiliares de sala para atendimento a alunos com deficiência. O entendimento foi de que, por estar ligado diretamente ao desenvolvimento da saúde dos alunos que dependem de atendimento especializado, o serviço tem natureza essencial e se enquadra na exceção prevista na legislação.

[Liminar obriga município a regularizar transporte escolar na zona rural](#)

A Justiça acolheu pedido liminar do Ministério Público Estadual e estabeleceu o prazo de cinco dias para que o Município de Alto Garças promova a regularização do transporte escolar aos alunos da zona rural, com a disponibilização de mais veículos. Atualmente, o município conta apenas com um ônibus para realizar o transporte, o que tem prolongado o tempo entre a ida e a volta dos alunos. Alguns estudantes estão ficando cerca de 12 horas fora de suas casas.



Rede Protege capacita educadores da rede privada em Cuiabá



Cerca de 20 profissionais da rede privada de Educação participaram do curso de formação online “Violência sexual contra crianças e adolescentes: tipificação criminal, como identificar e o que fazer”, realizado por meio da plataforma Microsoft Teams. A capacitação foi promovida pela Articulação Intersetorial da infância e Adolescência de Cuiabá (Rede Protege), por meio da 14ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da Capital e da 27ª Promotoria de Justiça Criminal, com o objetivo de sensibilizar, orientar e alertar para o papel fundamental que a categoria tem na proteção integral de crianças e adolescentes.

Bullying e Cyberbullying - Entrevista aborda as implicações legais para quem comete essas práticas

As implicações legais para quem comete o bullying e o Cyberbullying, conduta caracterizada pela intimidação reiterada que causa sofrimento físico ou psicológico a alguém, foram abordadas pelo promotor de Justiça Renee do Ó Souza, na abertura da série de entrevistas alusivas à temática, na Rádio CBN Cuiabá. A iniciativa faz parte da campanha “Quando todo mundo ri, alguém chora. Bullying é crime!”, realizada neste mês pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso e parceiros.



NOTÍCIAS DOS MINISTÉRIOS PÚBLICOS ESTADUAIS

[Decisão em processo movido pelo MPMS obriga Município de Jaraguari a designar monitores para ônibus escolares](#)



O Ministério Público do Mato Grosso do Sul (MPMS) entrou com uma ação civil pública contra o Município de Jaraguari, solicitando a designação de monitores ou fiscais para acompanhar os alunos da rede pública municipal durante o transporte escolar. Foi concedida a tutela antecipada de urgência, que foi confirmada em segundo grau, no Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS). A medida visa garantir a segurança das crianças e adolescentes, conforme as normas de proteção e a legislação de trânsito.

[Sorocaba deverá manter professores em sala durante todo período letivo da Educação Infantil](#)

A administração de Sorocaba deverá adotar as providências necessárias para que todas as salas de aula de Educação Infantil da rede municipal contem com professores habilitados e com formação técnica adequada. Os cargos precisarão ser providos conforme a legislação, garantindo-se a presença dos profissionais em classe durante todo o período letivo, sem prejuízo da possibilidade de acompanhamento de outros trabalhadores capazes de auxiliá-los nas atividades educacionais e pedagógicas. A ordem precisa ser cumprida a partir do primeiro dia de aula de 2025. Essas determinações constam de liminar obtida pela promotora Cristina Palma em 23/09/2024.

MPSP

[MPSP e Defensoria pedem retorno de livro retirado das escolas municipais de São José dos Campos](#)

O MPSP e a Defensoria Pública ajuizaram, em 6 de setembro, ação civil pública buscando a concessão de liminar para que a administração de São José dos Campos devolva imediatamente o livro Meninas Sonhadoras, Mulheres Cientistas às salas de leitura das escolas municipais, sob pena de multa diária de R\$ 15 mil em caso de descumprimento.

MPPR obtém decisão judicial obrigando Município de São Mateus do Sul a garantir profissionais de apoio a alunos da rede municipal que deles necessitem



Em São Mateus do Sul, o Ministério Público do Paraná conseguiu decisão judicial liminar obrigando o Município a fornecer profissionais de apoio a todos os alunos da rede municipal que deles necessitem. O pedido liminar foi feito em ação civil pública ajuizada por meio da 2ª Promotoria de Justiça da comarca, no Sudeste do estado, após a constatação de que diversos alunos nessa situação estavam sem o serviço, por conta do vencimento dos contratos de vários profissionais – apenas em agosto e setembro, houve dez afastamentos.

MPAP aciona justiça e alunos de Serra do Navio voltam a ter aulas de exatas depois de 4 anos

A carência de professores para as disciplinas de Matemática, Física e Química (ensino médio) e Língua Estrangeira (ensino fundamental II), desde o ano de 2020, na Escola Estadual Sete de Setembro, em Serra do Navio, foi suprida após intervenção do Ministério Público do Amapá (MP-AP). Uma Ação Civil Pública ajuizada pela Promotoria de Justiça de Pedra Branca do Amapari foi acolhida pelo juiz da Vara Única da Comarca que condenou o Estado do Amapá a suprir imediatamente a carência dos educadores para as áreas das ciências exatas e biológicas, bem como de humanas.



MPRN recomenda a municípios da região Oeste inclusão de Psicólogos e Assistentes Sociais na rede municipal de ensino



O Ministério Público do Rio Grande do Norte (MPRN) emitiu uma recomendação buscando garantir a inclusão de psicólogos e assistentes sociais na rede municipal de ensino das cidades de Luís Gomes, Major Sales, Paraná e José da Penha. A recomendação foi publicada no Diário Oficial do Estado desta sexta-feira (13) e fixa prazo de 20 dias para que autoridades informem medidas a serem adotadas.

Educação para as relações étnico-raciais e educação quilombola são tema de recomendação conjunta

O Ministério Público de Alagoas, o MP Federal e a Defensoria Pública do Estado emitiram uma recomendação voltada ao Estado de Alagoas e ao Município de Maceió com medidas a serem adotadas no âmbito da Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ).



RECOMENDAÇÃO
CONJUNTA

Justiça defere pedido do MPPA e determina que Município de Rondon do Pará providencie cuidador à criança em sala de aula



Em 18 de setembro de 2024, a Justiça acatou o pedido do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), por meio de uma Ação Civil Pública com tutela antecipada, obrigando o Município de Rondon do Pará a disponibilizar um professor monitor individual e cuidador em sala de aula para uma criança de 8 anos, diagnosticada com transtornos decorrentes de anoxia neonatal.

MPPR responde - Edição trata de problemas estruturais em escolas e qualidade da merenda

O MP Responde atende dúvidas sobre como noticiar problemas na qualidade da merenda e na estrutura das escolas na rede pública. Quem responde as perguntas é o promotor de Justiça Bruno Figueiredo Cachoeira Dantas, do Ministério Público do Paraná, que na última semana obteve uma liminar em Alto Paraná para que o Município promova melhorias em um centro de educação infantil da cidade. Confira a seguir:



- Meu filho estuda na rede pública e a escola está com problemas estruturais, inclusive entra água em algumas salas quando chove. Posso levar o caso ao Ministério Público?

- Posso levar ao Ministério Público uma reclamação a respeito da qualidade da merenda que é oferecida nas escolas da rede pública na minha cidade?

NOTÍCIAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Educação e segurança: MPF defende necessidade de reparação a estudantes em caso de operações policiais no RJ



“Quinto dia sem o caderno aberto, o livro fechado, a mente a vagar. Lá fora, o som é duro, deserto. Operações que não deixam estudar”. Este é um trecho do poema que Ana Beatriz Alves do Nascimento escreveu para expressar suas angústias como estudante diante da falta de aulas ocasionadas pelas operações policiais no Rio de Janeiro.

O procurador defendeu que a “segurança pública” também deve ser pensada em defesa do interesse da população mais afetada pelas operações. “Precisamos discutir o direito à educação segura dos estudantes que veem suas escolas fechadas e dias perdidos. Existe uma coletividade afetada pelas operações - uma coletividade determinada e específica - que também demanda segurança. E ela quer exercer seu direito à educação, mas à educação com segurança”, afirmou.

MPF cobra adoção de medidas de prevenção e combate ao HIV/aids pelo Programa Saúde na Escola

O Ministério Público Federal (MPF), por meio da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão (PRDC) no Acre, requisitou informações à Secretaria Executiva do Ministério da Saúde (MS) acerca das medidas de prevenção e de combate ao HIV/aids adotadas pelo Programa Saúde na Escola (PSE). O MPF também pediu informações sobre a retomada da promoção da educação sexual e reprodutiva, bem como da prevenção de doenças sexualmente transmissíveis no PSE, conforme anunciada pelo Ministério da Saúde, em julho de 2023.



NOTÍCIAS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES

[STF convoca audiência pública sobre escolas cívico-militares na rede pública de SP](#)

O Supremo Tribunal Federal (STF) vai realizar uma audiência pública para discutir o Programa Escola Cívico-Militar no Estado de São Paulo. A convocação foi feita pelo ministro Gilmar Mendes, relator das ações apresentadas contra a lei estadual que institui o programa nas escolas públicas estaduais e municipais de educação básica. A audiência pública visa ouvir expositores que tragam informações técnicas e especializadas que possam subsidiar os ministros no julgamento do caso. A data provável para o evento é 22/10/2024.



[STJ avalia se cabe mandado de segurança para discutir Monteiro Lobato nas escolas públicas](#)



A 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça começou a julgar em 11/9 se cabe mandado de segurança para discutir ato do Ministério da Educação que recomendou a adoção de livros de Monteiro Lobato com linguagem racista nas escolas públicas. A ação data de 2011 e foi originalmente ajuizada no Supremo Tribunal Federal pelo Instituto de Advocacia Racial (Iara) e pelo técnico em gestão educacional Antônio Gomes da Costa Neto, da Universidade de Brasília (UnB). Eles contestam a adoção do livro *As Caçadas de Pedrinho*, de Monteiro Lobato, como leitura obrigatória em escolas públicas, alegando que há uso de expressões racistas e que a obra deveria conter nota explicativa sobre o tema antes de ser debatida. MS 27.818.

OUTRAS NOTÍCIAS

[CNMP lança "Manual de atuação do Ministério Público em defesa da educação especial na perspectiva da educação inclusiva"](#)

Em 10 de setembro, o presidente da Comissão da Infância, Juventude e Educação (Cije) do Conselho Nacional do Ministério Público, conselheiro Fernando Comin (na foto, à esquerda), comunicou o lançamento do "[Manual de atuação do Ministério Público em defesa da educação especial na perspectiva da educação inclusiva](#)". O anúncio foi feito durante a 13ª Sessão Ordinária de 2024 do CNMP. O objetivo da publicação é auxiliar a garantia do direito fundamental à educação, com foco nas pessoas com deficiência, por meio da educação especializada e inclusiva. O público-alvo do manual são membros dos ramos e unidades do Ministério Público brasileiro que atuam na missão do MP de assegurar os direitos educacionais de todos.



[Liminar - TJMT suspende lei que permite a construção de postos de combustíveis perto de escolas](#)



Em decisão tomada por unanimidade, em caráter liminar, o Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) suspendeu a aplicabilidade da lei municipal que permitia a construção de postos de combustíveis a uma distância inferior a 200 metros de escolas e creches em Cuiabá. A decisão foi em resposta a uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), para garantir a segurança de crianças e adolescentes.

[Judiciário e governo estadual assinam Termo de Cooperação que reconhece direitos de professores](#)

A presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, desembargadora Clarice Claudino da Silva, participou, na tarde de quarta-feira (18 de setembro), da solenidade de assinatura do Termo de Cooperação Técnica n.º 17/2024, entre o Poder Judiciário e o Governo do Estado, realizada no Palácio Paiaguás, em Cuiabá. O governador Mauro

Mendes assinou o decreto que altera o dispositivo do Decreto nº 656/2020 e regulamenta a concessão e usufruto de férias dos servidores públicos civis e militares da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo de Mato Grosso.



[Conselho Nacional de Segurança Alimentar pede reajuste dos valores da merenda escolar em 2025](#)



A presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar, Elisabetta Recine, enviou ofício ao presidente do Congresso, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), solicitando o aumento dos valores para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em 2025. O senador incluiu o documento na tramitação do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2025 (PLN 3/24).

[Escola terá de aceitar matrícula de aluna com alergia alimentar grave](#)



A 13ª vara Cível de Brasília/DF determinou que a Escola Britânica de Brasília efetive a matrícula de uma criança com restrições alimentares e sensibilidade ao sol. A decisão, proferida pela juíza de Direito substituta Shara Pereira de Pontes Maia, também obriga a instituição a permitir que a aluna leve sua própria alimentação, de acordo com as orientações médicas, após a escola impor restrições à matrícula. A medida foi concedida em caráter de tutela antecipada para garantir que a criança tenha acesso à educação e ao suporte necessário para suas condições de saúde.

[Município de Lucélia indenizará mãe e criança que foi esquecida em transporte escolar por oito horas](#)

A 10ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo manteve decisão da 1ª Vara de Lucélia, proferida pela juíza Samara Eliza Lutiheri Feltrin Nespole, que condenou o Município a indenizar por danos morais mãe e criança que foi esquecida em ônibus escolar municipal por mais de oito horas. A reparação total foi de R\$ 50 mil, sendo R\$ 30 mil para o menino e R\$ 20 mil para a mãe. Apelação nº 1001617-67.2023.8.26.0326.



Altas temperaturas afetam educação de milhões de alunos no mundo



Em meio a um país queimando em chamas e às portas das eleições municipais, estudantes de 50% dos municípios brasileiros mais pobres podem perder o equivalente a meio ano do ano letivo devido às altas temperaturas. É o que diz o estudo “Choosing Our Future: Education for Climate Action”, do Banco Mundial. Além do Brasil, estudantes de outros países em desenvolvimento também são os mais afetados. Ao todo, desde 2022, mais de 400 milhões de crianças e adolescentes ficaram sem aulas porque suas escolas fecharam por questões relacionadas ao clima.

Tigrinho vai à escola: apostas invadem recreios e salas de aula

Quanto mais prejuízo no Jogo do Tigrinho, mais vontade de apostar Gabriel*, 16, tinha. “Quando eu perdia, acordava querendo jogar para tentar recuperar. Isso não é bom, você se vicia”, conta. “Eu ganho R\$ 50 por dia fazendo um bico de descarregamento de carga de caminhão. Cheguei a perder 400 reais – o equivalente a oito dias de trabalho – em uma hora.” Recentemente, o adolescente parou de jogar. Além de se arrepender dos meses que passou apostando, não incentiva ninguém a jogar.



NOVIDADES LEGISLATIVAS

[LEI Nº 14.988, DE 25 DE SETEMBRO DE 2024](#) - Institui a Semana Cultural Interescolar nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio.

[LEI Nº 14.986, DE 25 DE SETEMBRO DE 2024](#) - Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir a obrigatoriedade de abordagens fundamentadas nas experiências e nas perspectivas femininas nos conteúdos curriculares do ensino fundamental e médio; e institui a Semana de Valorização de Mulheres que Fizeram História no âmbito das escolas de educação básica do País.



MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

Centro de Apoio Operacional de Educação

Ministério Público do Estado de Mato Grosso

65 3611-0600

www.mpmt.mp.br